

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESTRATÉGIA DE COMPREENSÃO DOS EFEITOS NOCIVOS DA ATIVIDADE MINERADORA EM TERRITÓRIO ATINGIDO PELO ROMPIMENTO DE BARRAGEM¹

Pamella Leite De Magalhães

<https://orcid.org/0000-0003-0928-9042>

E-mail: pamella.magalhaes@aluno.ufop.edu.br

Rita Cristina Lima Lages

<https://orcid.org/0009-0006-2158-4123>

E-mail: rita.lages@ufop.edu.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3-23>

RESUMO: Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar como a contação de histórias pode contribuir, na Educação Infantil, para introduzir e discutir aspectos relacionados ao meio ambiente e aos impactos decorrentes da atividade mineradora. A pesquisa parte da problemática sobre a possibilidade de crianças bem pequenas compreenderem, por meio de narrativas orais, temas complexos como mineração, rompimento de barragens e processos de revitalização ambiental. Trata-se de um estudo teórico e empírico, fundamentado em revisão bibliográfica, que recorre a obras acadêmicas, documentos legais e produções científicas voltados ao desenvolvimento infantil, à Educação Ambiental e aos desafios socioambientais decorrentes da degradação ambiental minerária, como no caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, em 2015. Com base nas referências analisadas, evidenciou-se que a contação de histórias constitui uma ferramenta pedagógica potente, capaz de favorecer a imaginação, a linguagem, a sensibilidade e a elaboração de sentidos pelas crianças, ao permitir que temas do território sejam abordados de forma simbólica e significativa. A pesquisa também destaca a relevância da contextualização do currículo e do Projeto Político-Pedagógico, especialmente em municípios atingidos por impactos mineradores, para fortalecer o vínculo das crianças com sua realidade local. Conclui-se que a contação de histórias promove reflexões ambientais desde a creche, ao contribuir para a formação de atitudes cidadãs e para o desenvolvimento de uma consciência ecológica nas primeiras etapas da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil. Contação de histórias. Mineração. Educação ambiental.

STORYTELLING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AS A STRATEGY FOR UNDERSTANDING THE HARMFUL EFFECTS OF MINING ACTIVITY IN A TERRITORY AFFECTED BY A DAM COLLAPSE

ABSTRACT: This Final Course Project aims to analyze how storytelling can contribute, in Early Childhood Education, to introducing and discussing aspects related to the

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais (PEBRID). Programa conhecido como Escola do Rio Doce.

environment and the impacts of mining activity. The research stems from the problem of whether very young children can understand, through oral narratives, complex themes such as mining, dam ruptures, and environmental revitalization processes. It is a theoretical and empirical study, based on a literature review, which draws on academic works, legal documents, and scientific productions focused on child development, Environmental Education, and the socio-environmental challenges resulting from mining environmental degradation, as in the case of the Fundão dam rupture in Mariana-MG, in 2015. Based on the analyzed references, it was evidenced that storytelling constitutes a powerful pedagogical tool, capable of fostering imagination, language, sensitivity, and the elaboration of meaning by children, by allowing territorial themes to be addressed in a symbolic and meaningful way. The research also highlights the relevance of contextualizing the curriculum and the Political-Pedagogical Project, especially in municipalities affected by mining impacts, to strengthen children's connection with their local reality. It concludes that storytelling promotes environmental reflection from preschool onwards, contributing to the formation of civic attitudes and the development of ecological awareness in the early stages of basic education.

KEYWORDS: Early childhood education. Storytelling. Mining. Environmental education.

INTRODUÇÃO

A contação de histórias constitui uma prática pedagógica historicamente valorizada na Educação Infantil, sobretudo por seu potencial de promover o desenvolvimento da linguagem, da imaginação, da sensibilidade e da construção de sentidos sobre o mundo. Ao articular elementos da fantasia, da ludicidade e da narrativa oral, essa estratégia educativa contribui para que as crianças elaborem percepções sobre diferentes experiências humanas, sociais e ambientais. Nesse contexto, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe investigar a contação de histórias como um recurso pedagógico capaz de favorecer a compreensão, por crianças bem pequenas, da atividade mineradora e dos efeitos provocados por sua exploração, especialmente em regiões atingidas por desastres socioambientais.

O interesse pelo tema emerge da complexidade dos impactos ambientais, sociais e econômicos associados à mineração, bem como da necessidade de inserir, na Educação Infantil, discussões que contribuam para a formação de valores, atitudes e práticas relacionados à cidadania e ao cuidado com o meio ambiente. Embora a mineração envolva conceitos abstratos e de difícil apreensão pelas crianças, a narrativa literária, ancorada em histórias, metáforas, personagens e situações simbólicas, pode possibilitar formas significativas de aproximação ao tema. Assim, a contação de histórias apresenta-se como

“ponte” entre a realidade concreta e a imaginação, ao oferecer mediações que permitem às crianças refletirem sobre acontecimentos que atravessam suas vidas e seus territórios.

A relevância desta pesquisa acentua-se pelo fato de estar situada no contexto de um município pertencente à Bacia do Rio Doce, diretamente afetado pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana-MG. Considerando a presença histórica da extração de areia no rio Piranga e os danos ambientais causados pelo desastre, torna-se ainda mais pertinente compreender de que maneira crianças pequenas podem ser introduzidas, de forma mediada e sensível, a temas como degradação, revitalização ambiental e participação cidadã. Ao abordar questões socioambientais presentes à realidade local, o estudo busca contribuir para a formação de um olhar crítico e responsável desde a primeira infância.

Nesse sentido, a pesquisa parte da seguinte questão geradora: um tema complexo como a mineração e seus efeitos encontra subsídios na contação de histórias infantis para que seja compreendido e discutido por crianças bem pequenas? Para respondê-la, estabeleceu-se, como objetivo geral, demonstrar como a contação de histórias na Educação Infantil pode contribuir para a discussão de aspectos relacionados ao meio ambiente, ao processo de mineração e aos seus efeitos. Complementarmente, os objetivos específicos contemplam: analisar as contribuições da contação de histórias como instrumento pedagógico; caracterizar práticas pedagógicas capazes de abordar a temática mineradora, o rompimento de barragens e a revitalização ambiental; e sistematizar a contribuição da narrativa ficcional para o desenvolvimento de um olhar sensível às questões ambientais.

Ao desenvolver tais objetivos, este estudo alinha-se aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, que ressalta a importância das interações, da brincadeira e da experiência estética como fundamentos do processo de aprendizagem, distribuídos nos diferentes campos de experiências. A inserção de temáticas ambientais nas práticas pedagógicas, mesmo entre crianças de 0 a 3 anos, relaciona-se à construção de vínculos com o território, ao reconhecimento da natureza como parte integrante da vida e ao desenvolvimento de atitudes de cuidado e pertencimento.

Nesse contexto, a contação de histórias configura-se como estratégia metodológica que favorece processos de escuta sensível, reflexão crítica e participação ativa das crianças, ao lhes possibilitar a construção de sentidos acerca de sua própria realidade. Além disso, contribui para a formação de valores ecológicos e para o desenvolvimento da cidadania ambiental desde a primeira infância, ao promover experiências significativas de aprendizagem pautadas no diálogo, na imaginação e na problematização do cotidiano. Tal compreensão dialoga com as reflexões de Philippe Ariès (1981) acerca do conceito de infância, ao evidenciar que a particularidade dessa etapa da vida não é vivenciada de maneira homogênea por todas as crianças, uma vez que condições econômicas, sociais e culturais influenciam diretamente suas experiências. Assim, reconhecer a infância como construção histórica e social implica considerar as desigualdades que atravessam esse período e reafirmar a necessidade de práticas pedagógicas que assegurem o direito de todas as crianças a vivências próprias da infância, inclusive no que se refere à formação de uma consciência ambiental crítica. Este TCC, portanto, justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca do potencial formativo dessa estratégia, sobretudo em contextos marcados por desafios socioambientais, como os resultantes da atividade mineradora.

Esta pesquisa, de natureza teórica, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e adotou uma abordagem qualitativa, que compreende que a realidade educacional é dinâmica, complexa e diversa. O estudo fundamenta-se em obras acadêmicas, artigos científicos, documentos oficiais e legislações que tratam da contação de histórias como prática pedagógica na Educação Infantil, bem como das discussões sobre Educação Ambiental, cidadania e impactos da mineração nos territórios.

A revisão bibliográfica buscou identificar como a narrativa ficcional, a fantasia e a ludicidade podem ser utilizadas como instrumentos pedagógicos para abordar, junto a crianças bem pequenas, temas complexos como a mineração, o rompimento de barragens e a revitalização ambiental. Para isso, foram analisadas produções científicas que discutem as consequências do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG (2015), assim como estudos relacionados à recuperação ambiental e à participação cidadã em regiões atingidas.

Além disso, a investigação considera o contexto específico de um município

pertencente à Bacia do Rio Doce que sofreu impactos diretos do rompimento da barragem de Fundão. Foram examinadas suas características geográficas, ambientais e históricas, especialmente no que se refere à extração de areia e aos efeitos dessa atividade sobre o rio Piranga. Tal enfoque territorial permite compreender as especificidades locais e refletir sobre como elementos dessa realidade podem ser trabalhados pedagogicamente em narrativas destinadas às crianças.

A escolha da contação de histórias como centro metodológico da pesquisa fundamenta-se em seu potencial para captar a atenção das crianças bem pequenas, favorecer o desenvolvimento da linguagem e da imaginação, possibilitar a expressão de sentimentos e estimular processos de identificação e empatia. Por meio de textos narrativos que dialogam com a realidade do município estudado, pretende-se demonstrar como a ficção pode funcionar como mediadora entre a experiência infantil e temas socioambientais. O estudo, que possui aplicação prática, se alinha às diretrizes da BNCC (Brasil, 2018) ao considerar os campos de experiências e os objetivos de aprendizagem relacionados à Educação Ambiental na primeira infância.

Trata-se de uma pesquisa de natureza discursiva, sustentada na análise e problematização das práticas e dos discursos presentes no processo de elaboração do Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE) das instituições de ensino envolvidas neste trabalho. Essa abordagem permite identificar os sentidos produzidos pelos sujeitos, professores, gestores e especialistas, sobre a gestão democrática, o currículo e a Educação Ambiental crítica durante as rodas de conversa, momentos de muito envolvimento, troca de conhecimento e construção da identidade da escola e reconhecimento do território escolar. Nessa perspectiva, Veiga (2004, p. 19) afirma:

a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais é mera executora.

A pesquisa foi realizada em cinco escolas públicas localizadas em um município atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, contexto marcado por profundas transformações sociais, culturais e ambientais. Essa escolha justifica-se pela necessidade

de compreender como, diante desse cenário, a escola busca fortalecer práticas pedagógicas que envolvam as crianças na construção do conhecimento e da Educação Ambiental crítica.

Como procedimento metodológico, foi empregada a observação não participante para acompanhar os processos de construção dos PPEE, sem interferência nas ações dos sujeitos. Dessa maneira, foram observadas as rodas de conversas e as conversas com os articuladores das escolas. Por sua vez, a coleta de dados incluiu análise documental e contemplou o currículo da Educação Infantil, Projetos Político-Pedagógicos (PPP) vigentes, atas das rodas de conversas e os registros feitos das conversas com os articuladores.

Diante do exposto, a abordagem teórica adotada se justifica pela necessidade de compreender com profundidade o potencial formativo da contação de histórias como estratégia de sensibilização, escuta ativa e construção de valores ecológicos desde a creche. Ao articular narrativas com elementos do contexto socioambiental local, o estudo contribui para trazer reflexões sobre pertencimento, cuidado com a natureza e compreensão dos efeitos da ação humana no meio ambiente, com respeito às especificidades da linguagem infantil.

A LEGISLAÇÃO E O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996, é o principal referencial normativo para o desenvolvimento da educação no país. Por lógica jurídica, a lei tem sustentação na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Carta Magna, que trata a educação como direito social e estabelece, como dever do Estado, a garantia, entre outras, da oferta da Educação Infantil, em creches e pré-escola, a crianças de até 5 anos de idade (Brasil, 1988, art. 208).

Oito anos depois do advento da Constituição (Brasil, 1988), a LDB (Brasil, 1996), em seu art. 89, passou a determinar o prazo de até três anos para que as creches e pré-escolas existentes ou que vierem a ser criadas se integrem ao sistema de ensino. Ou seja, seguindo a estrutura prevista pela LDB, a Educação Infantil foi ampliada para atender

também bebês (até 1 ano e 6 meses) e crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) na fase de creche, além de crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Antes, bebês e crianças bem pequenas pertenciam ao contexto da assistência social.

A mudança foi e é significativa, já que a creche passou a envolver o ato de educar acrescido ao cuidado, o que exigiu formação específica dos profissionais nos setores de atendimento. A esse respeito, a produção acadêmica acerca da Educação Infantil tem se apoiado na tese de que, na fase de bebê, o ser humano tem a necessidade de interagir com o meio ambiente e com as pessoas. Por meio dessas interações sociais, desenvolvemos nossa identidade, construímos conhecimento e encontramos apoio. Essas relações são cruciais para a saúde física e mental e para o desenvolvimento das crianças e da sociedade como um todo. A mudança favoreceu essa compreensão. É sabido que essa interação é uma necessidade física, social e sentimental, portanto, é dever das creches (escolas) promover a educação considerando o direito da pessoa humana desde o nascimento. Nesse sentido, Barbosa (2010, p. 3) explica:

o primeiro aspecto é a compreensão dos bebês como sujeitos da história e de direitos. Direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Quando tomadas como seres capazes, as crianças se tornam protagonistas no projeto educacional. Essa é uma mudança paradigmática na compreensão da educação dos bebês, pois se afirma o compromisso com a oferta de um serviço educacional que promova, para todas as crianças, a possibilidade de viver uma experiência de infância comprometida com a aprendizagem gerada pela ludicidade, brincadeira, imaginação e fantasia. Nesse espaço, os bebês aprendem observando, tocando, experimentando, narrando, perguntando, e construindo ações e sentidos sobre a natureza e a sociedade, recriando, desse modo, a cultura.

A garantia dos direitos das crianças é fator fundamental para o melhor desenvolvimento da educação na creche. Estamos caminhando para assegurar esses direitos, no sentido que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais sobre o assunto, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989). Além disso, a sociedade brasileira conta com o Estatuto da Criança e do Adolescente ([ECA], 1990), que reforça o dever de cuidar e educar as crianças bem pequenas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA INFÂNCIA

No que se refere à Educação Ambiental, a legislação abrange as crianças bem pequenas, consideradas sujeitos de direitos. O meio ambiente é parte da vida de todos e receber educação sobre como interagir com ele é fundamental. De acordo com Lima (2020, p. 34),

trata-se da ideia de criar práticas pedagógicas a partir da interação da criança com a natureza, com a terra, aproveitando, ao mesmo tempo, para discutir com os pequenos as questões do desperdício dos recursos naturais no contexto escolar para fazer com que as crianças se sintam inseridas no meio ambiente.

A ideia é esta: as crianças se sentirem inseridas e pertencentes ao meio ambiente, o que não deveria ser diferente, até pela essência da vida. A Lei Federal n.º 9.795/1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, define com clareza toda essa importância:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A Educação Ambiental é, portanto, uma construção mental e comportamental, que deve começar, primeiramente, na Educação Infantil, etapa de creche. Além disso, a Lei 9.795/1999 menciona:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) **educação infantil;**
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (grifo nosso).

A educação ambiental na etapa de creche é, portanto, a efetivação de uma pedagogia comprometida com a formação integral do indivíduo e o cumprimento dos dispositivos legais.

Ao encontro da legislação nacional, Ponte Nova-MG, um dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, conta com a Lei n.º 2.841/2005, que estabelece a Política Municipal de Educação Ambiental. A lei reprisa normas nacionais e dá a devida importância à formação de professores para práticas educacionais eficientes. Aliás, é um aspecto que vem no bojo da transformação promovida pela LDB, ao passar do atendimento assistencial para o educacional, nas esteiras do cuidar, do educar e do brincar. A lei municipal prevê o seguinte:

Art. 12. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividades devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atenderem adequadamente o cumprimento dos princípios e objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental e Agro-Ambiental (Ponte Nova, 2005).

Vê-se, pelo arcabouço legal, que as práticas educacionais quanto aos cuidados com o meio ambiente devem ocorrer desde a creche, de forma eficiente, o que é um dever do Estado e direito de todos. Dessa forma, o presente estudo pretende colaborar para a percepção de que a contação de histórias focada na mineração representa maior poder comunicativo com pessoas nessa faixa de idade. Durante as rodas de conversas, desenvolvidas durante o curso de especialização com os professores das escolas participantes, as narrativas orais foram a ferramenta pedagógica assinalada pela maioria dos professores e a mais debatida como mecanismo eficaz de aprendizagem para as crianças. Foi possível destacar que essa ferramenta seria a base do desenvolvimento dos PPEE.

Minerar é uma atividade econômica necessária, que requer enormes cuidados para evitar ou mitigar impactos ambientais. No município enfocado neste estudo, a atividade envolve basicamente o rio Piranga, um dos mais importantes de Minas Gerais. É pelo encontro das águas do Rio Piranga e do Rio do Carmo que se forma o rio Doce.

A extração de areia do Rio Piranga é uma realidade que deve ser percebida pelas crianças, para que se situem no tema da mineração regional e compreendam que se trata

de uma questão que não deve ser observada somente de longe ou pelas telas. Isso porque o sentimento de pertencimento ambiental leva a atitudes em relação à preservação do meio ambiente local. É na junção entre teoria e prática que alcançaremos nossos objetivos, no que se refere ao cuidado e à preservação do meio ambiente.

Ao se ocupar dos cuidados com o meio ambiente, a criança percebe que os impactos da mineração, também em outras cidades, são questões próximas do ponto de vista socioambiental. Assim, vai se formando uma sociedade consciente de que a natureza fornece riquezas, mas que a relação com elas deve ser sustentável.

O DEBATE DAS DIRETRIZES E LEGISLAÇÕES QUE CONCEITUAM A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na busca de assegurar o direito das crianças relacionado aos temas ambientais, a contação de histórias apresenta-se como ferramenta importante e potente. Assim como as narrativas orais, trata-se de prática pedagógica essencial que, alinhada à legislação educacional brasileira, como no caso da BNCC (Brasil, 2018), da Lei n.º 10.639/2003 (inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira) e da Lei n.º 11.645/2008 (inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, da linguagem e do senso crítico das crianças, com a promoção do hábito e do prazer em ouvir histórias e os torna cidadãos mais conscientes e criativos.

Dessa forma, percebemos que as legislações apresentam uma conexão muito forte com a ferramenta pedagógica de contação de histórias. A BNCC (Brasil, 2018) a reconhece como uma ferramenta pedagógica muito valiosa, que contribui para a articulação dos campos de experiência da Educação Infantil, ao estimular a linguagem oral, a imaginação, a curiosidade e a criatividade. A BNCC (Brasil, 2018) estabelece objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, como:

- (EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender;
- (EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado

de si e nos jogos e brincadeiras;

- (EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais;
- (EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias;
- (EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas);
- (EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor;
- (EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.);
- (EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).

De acordo com a BNCC (Brasil, 2018), o papel das narrativas orais e da contação de histórias na efetivação do processo de ensino-aprendizagem favorece: 1) o desenvolvimento da linguagem ao ouvir e contar histórias, o que estimula a oralidade, a compreensão das estruturas das narrativas e a escuta ativa; 2) o estímulo à imaginação e a criatividade no momento em que as narrativas oferecidas são diversas, o que exercita a imaginação, o pensamento crítico e a criatividade; 3) a socialização e a interação entre as crianças, principalmente nas atividades em grupo, ao promover a comunicação, a empatia, a escuta, o desenvolvimento de relações, o convívio e a interação social; 4) a exploração e o trabalho de diferentes campos de experiências em uma mesma atividade pedagógica, como em atividades que englobam o corpo, os gestos e movimentos, o eu, o outro e o nós, escuta, fala, pensamento e imaginação, o que oportuniza desenvolvimento integral à criança.

Assim como na BNCC (Brasil, 2018), o Currículo Referência de Minas Gerais

([CRMG], Minas Gerais, 2018)² assegura, em sua estrutura curricular para a Educação Infantil, o estudo da Educação Ambiental. Na busca do desenvolvimento integral da criança e assumindo características regionais de Minas Gerais, o CRMG (2018) acrescenta, em sua estrutura curricular, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, são eles:

- (EI01EO01X) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças, nos adultos e no ambiente;
- (EI02TS02X) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos bidimensionais e tridimensionais;
- (EI02TS04MG) Ter acesso à produção sociocultural, apropriando-se do patrimônio histórico, artístico, científico, tecnológico e cultural;
- (EI01TS04MG) Perceber e expressar por meio da produção das artes plásticas, visuais e corporais a imaginação, emoção e sensibilidade;
- (EI01EF02X) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas, outros gêneros e a apresentação de músicas e outras manifestações artísticas;
- (EI01ET03X) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas, desenvolvendo comportamento sustentável;
- (EI02ET01X) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho, cor, temperatura);
- (EI02ET03X) Vivenciar e compartilhar, com outras crianças e adultos situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.

Notamos que, a partir do CRMG (Minas Gerais, 2018), é possível desenvolver um estudo sobre a Educação Ambiental voltado para a mineração no território local baseado nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e nos campos de experiências com a finalidade de assegurar o desenvolvimento integral da criança.

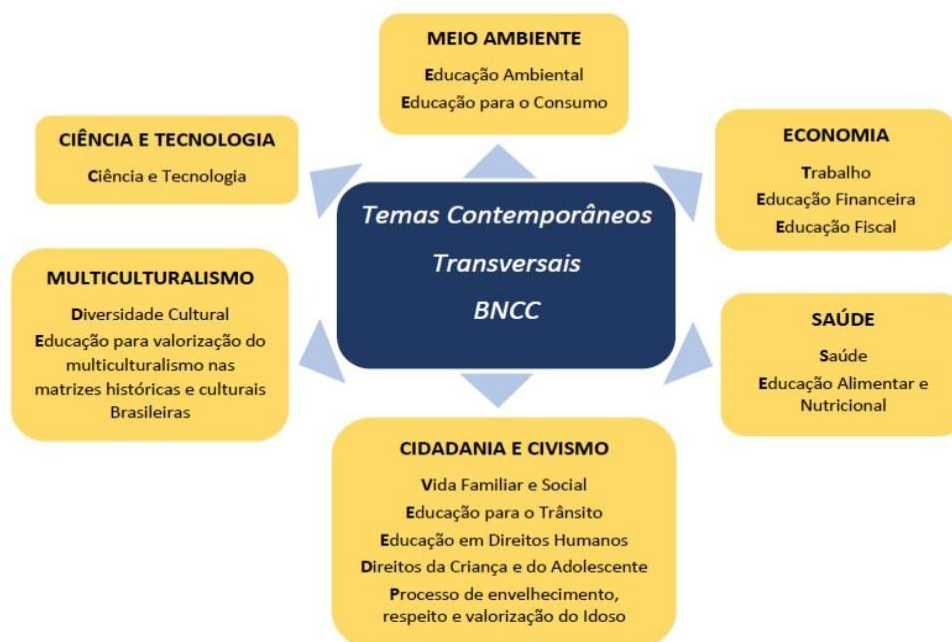
2 Documento estruturado com base nas normas da Constituição Federal (Brasil, 1988), na LDB (Brasil, 1996), no Plano Nacional de Educação ([PNE], Brasil, 2014) e na BNCC (Brasil, 2018). Apresenta uma estrutura e organização que procura garantir os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento das habilidades e competências e das vivências.

Nesse sentido, este estudo também se orienta na perspectiva de um ensino voltado para um processo pedagógico único, em que os conteúdos e direitos de aprendizagem se relacionam e interagem, em um processo integral. Assim, os Temas Contemporâneos Transversais (TCT)³ na BNCC (Brasil, 2019, p. 6):

visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequentam a escola.

Para melhor atendimento das demandas educacionais e execução de práticas pedagógicas eficazes, os TCT foram organizados em seis macroáreas temáticas. De acordo com o documento Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (2019), são articulados pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica, órgão do Ministério da Educação (MEC) (Figura 1).

Figura 1: Temas Contemporâneos Transversais



Fonte: BNCC (Brasil, 2019)

3 Parte da BNCC, permitem ao estudante compreender questões diversas, como cuidar do planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar da saúde; usar as novas tecnologias digitais; entender e respeitar aqueles que são diferentes; conhecer seus direitos e deveres como cidadão, o que contribui para sua formação integral como ser humano, uma das funções sociais da escola.

Nas leis n.º 10.639 (Brasil, 2003) e n.º 11.645 (Brasil, 2008), temos a contação de história como recurso eficaz para o ensino-aprendizagem antirracista. Com ela, é possível realizar um trabalho interdisciplinar, nos diversos campos de experiências, com foco nos territórios e na sociedade, para trazer para a discussão a importância dos povos originários e do trabalho advindo da mão de obra africana, que contribuíram para a formação da estrutura do nosso município, em termos culturais, econômicos e sociais.

O ECA (Brasil, 1990) resguarda os direitos das crianças às práticas de contar histórias, de serem protegidas e de terem acesso à educação e a bons livros. O direito à educação, o acesso à leitura e à informação, com garantia de desenvolvimento intelectual e formação voltada para a cidadania, são direitos fundamentais assegurados pelo ECA (Brasil, 1990).

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Após a análise das legislações existentes que normatizam o trabalho da Educação Ambiental na Educação Infantil, precisamos avançar e entender como esse trabalho acontece nas escolas, como é estruturado e direcionado para um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e eficiente.

Na busca da qualidade do ensino, da eficiência no processo de ensino-aprendizagem, da identificação dos objetivos e das metas educacionais, da articulação entre teoria e prática em sala de aula, existe um documento orientador em cada escola: o PPP. Por meio dele, é será possível estruturar e orientar o trabalho pedagógico, como afirma Araújo (2024, p. 96): “o PPP é, portanto, um instrumento que vai auxiliar a escola a definir as suas prioridades, estabelecendo metas educacionais, acompanhando, monitorando e avaliando os resultados de todos os processos envolvidos neste espaço educativo”.

O PPP é um documento normativo, obrigatório em todas as escolas e que orienta a prática pedagógica no trabalho desenvolvido durante o ano letivo. Ele indica todo o caminho a ser percorrido e define que tipos de ações serão realizadas.

No sentido de garantir a eficiência do processo ensino-aprendizagem, é primordial

definir e estabelecer, no PPP, dentre outros fatores, o plano de trabalho docente. É por meio desse plano que a unidade escolar terá condições de orientar as ações dos professores voltadas ao atendimento dos objetivos do PPP, de definir os objetivos de aprendizagem para cada etapa do ano letivo em consonância com a proposta curricular utilizada, e de estabelecer critérios para avaliar esse processo. Dessa forma, o documento se transforma em um guia diretivo para o trabalho docente.

É muito importante assegurar, no plano de trabalho docente contido no PPP, o trabalho voltado para a Educação Ambiental e para os impactos da mineração no meio ambiente, como no caso do rompimento de barragens e da necessidade de trabalhar com uma lógica de revitalização ambiental. Assegurar o ensino dessa temática em um documento normativo é tentar garantir que ela não seja esquecida em meio a tantas outras discussões existentes no currículo escolar. É preciso ressaltar a urgência do cuidado com o meio ambiente para a garantia de um futuro melhor para todos.

No Quadro 1, a seguir, constam informações sobre as escolas envolvidas neste estudo. Observamos que seus PPP não contemplam a temática mineração, mas que a Educação Ambiental está presente em alguns deles documentos.

Quadro 1: Escolas e temáticas nos PPP

Escolas	Temáticas dentro dos PPP	
	Educação Ambiental	Mineração
A	Presente	Ausente
B	Ausente	Ausente
C	Presente	Ausente*
D	Ausente	Ausente
E	Presente	Ausente

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos notar, nos PPPs das escolas envolvidas nesta pesquisa, que ainda não foi inserida a temática mineração como ação pedagógica. É necessário um olhar diferenciado para tudo o que envolve o sentimento de pertencimento, no sentido de entender o território como parte desse pertencimento e, assim, de perceber a necessidade de trabalhar com questões tão urgentes, que afetam diretamente a comunidade local, como a compreensão a respeito do que é mineração e dos tipos de mineração existentes no município.

Também é importante refletir sobre a ausência do ensino de Educação Ambiental em alguns PPP, o que acende um alerta. Como é possível não constar, nesses documentos, um tema como a Educação Ambiental, tão atual e necessário para a formação crítica e humana dos estudantes? Discutir a respeito da natureza e das consequências das ações humanas sobre ela é primordial para um ensino ético, crítico e político. Esta é uma temática que necessita estar presente nos PPP.

Conforme mencionado, o PPP deve ser visto como um documento orientador das práticas pedagógicas, que indica todas as ações realizadas pela escola. É necessário incluir, nesse documento, os projetos e as ações que envolvam a formação integral das crianças, sem privá-las do direito à aprendizagem dos diversos temas transversais.

As crianças público-alvo da Educação Infantil são sujeitos de direitos. Esses direitos devem ser garantidos e acessíveis, com garantia do acesso ao conhecimento e de formação integral do sujeito no desenvolvimento da sua cidadania.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS BEM PEQUENAS COMO ESTRATÉGIA PARA INTRODUIR A TEMÁTICA DA MINERAÇÃO

Como exposto no capítulo anterior, o tema mineração e seus efeitos é muito complexo e merece ampla atenção, já que se trata da exploração do habitat de todas as formas de vida. É preciso ter cuidado para que os impactos negativos da mineração diante das necessidades do mundo moderno sejam mitigados. Dessa forma, deve-se desenvolver a consciência ambiental dos estudantes desde o seu primeiro contato com a educação formal, na Educação Infantil.

Assim como a BNCC (Brasil, 2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ([DCNEI], Brasil, 2010), o CRMG (Minas Gerais, 2018) apresenta os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser observados para a organização das propostas pedagógicas nessa etapa escolar, de modo a assegurar a estruturação dos contextos pedagógicos com o objetivo de favorecer extensivamente a ação social da criança, sua autonomia e seu protagonismo.

As DCNEI (Brasil, 2010, p. 11) reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação

(CNE): “para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil”. De acordo com as DCNEI (Brasil, 2010), a proposta pedagógica das escolas/creches deve garantir o pleno cumprimento de sua função sociopolítica e pedagógica. Entre os métodos para o alcance desse objetivo, as diretrizes propõem que os PPP cumpram, de forma plena, a construção de:

novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (Brasil, 2010, p. 17).

Percebe-se que os documentos normativos que definem os procedimentos para a organização das propostas pedagógicas das escolas voltados para o trabalho com a Educação Ambiental vêm sendo apresentados e discutidos há muito tempo. Questiona-se, portanto, o motivo de ainda não existirem projetos sólidos nas escolas do município que contemplem as temáticas urgentes da Educação Ambiental.

O espaço escolar é o local apropriado para o desenvolvimento das habilidades necessárias para que as crianças compreendam a importância da preservação do meio ambiente, entendam o processo que integra a mineração e seus impactos na sociedade, consolidem o processo de ensino-aprendizagem no estudo das ações minerárias nas proximidades da escola, no bairro e na cidade, com a temática ajustada à realidade das crianças. Para efetivar o ensino voltado às temáticas da Educação Ambiental, é preciso se embasar nos documentos orientadores apresentados, que oferecem sustentação legal para os projetos pedagógicos.

Nesse sentido, reafirma-se que a escola, um espaço formal e organizado, no qual as práticas pedagógicas são planejadas para contemplar a formação integral das crianças, se coloca como um ambiente privilegiado para o trabalho com as diversas questões inerentes à sociedade atual e que fazem parte da formação cidadã das crianças.

DE ONDE SURTIU A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA?

O ato de contar histórias é inerente ao ser humano e está intimamente ligado à sua necessidade de comunicar, de transmitir fatos e acontecimentos. Desde os tempos mais

remotos, a contação de história faz parte da vida das pessoas.

Durante toda a história da humanidade, as narrativas orais estiveram presentes no cotidiano dos povos dos diferentes lugares e períodos. Os homens das cavernas registravam seu cotidiano por meio das pinturas rupestres, uma forma de registro do seu modo de vida e de suas histórias por meio do desenho. No século XVII, na Europa, as histórias eram contadas como mecanismo de educação moral das crianças. Em diferentes povos e épocas, contar histórias era parte das tradições culturais, um mecanismo para transmitir tradições para as gerações futuras.

As narrativas orais que difundem a cultura de um povo de geração em geração podem ser denominadas como tradição oral, prática difundida até os dias atuais, comum em nosso cotidiano como sociedade e muito presente nas escolas por se tratar de uma ferramenta pedagógica. A tradição oral materializada como contação de história, quando utilizada como ferramenta pedagógica, é uma atividade lúdica muito importante e potente.

Mesmo sendo uma prática social tão antiga, a contação de história só foi reconhecida como ferramenta pedagógica em meados dos séculos XIX e XX, com a contribuição de trabalhos de teóricos como Vygotsky, Piaget e Paulo Freire.

Vygotsky (2010) ensinou que o ato de imaginar é muito importante na construção do desenvolvimento humano e que a imaginação possibilita a ampliação das experiências e a transformação do sujeito a partir do seu mundo. A respeito da imaginação, ele explica:

ela transforma-se em meio de ampliação da experiência de um indivíduo porque, tendo por base a narração ou a descrição de outrem, ele pode imaginar o que não viu, o que não vivenciou diretamente em sua experiência pessoal. A pessoa não se restringe ao círculo e a limites estreitos de sua própria experiência, mas pode aventurar-se para além deles, assimilando, com a ajuda da imaginação, a experiência histórica ou social alheias (Vygotsky, 2010, p. 25).

É notável a importância do ato de imaginar, de criar, do faz de conta para o desenvolvimento da criança, que aprende, por meio das narrativas orais, sobre um mundo até então desconhecido. É nesse cenário da magia das histórias contadas que as crianças vão construindo seus repertórios, suas aprendizagens e consolidando sua formação como sujeitos ativos em sua aprendizagem.

Por sua vez, para Piaget (1978), a contação de história ajuda na formação humana

à medida que desenvolve a imaginação, a linguagem e a atenção das crianças, e permite a consolidação da aprendizagem de maneira significativa:

a prática de contação de história auxilia na formação humana, através da imaginação, atenção e linguagem. A criança aprende pelos objetos, com o meio social, brincadeiras e jogos, contribuindo para a promoção de aprendizagens com sentido e significado (Piaget, 1978, p. 1).

As contribuições das teorias de Vygotsky e Piaget acerca da contação de história comprovam como essa ferramenta pedagógica é importante e potente no desenvolvimento integral das crianças, por sua busca de uma formação baseada na ética e na responsabilidade social e ambiental. Ela contribui para proporcionar um aprendizado eficaz, humano e politicamente justo.

Ainda nessa perspectiva, é necessário considerar as contribuições de Paulo Freire (1996) para uma educação libertadora e dialógica, que preconiza uma educação que respeita e reflete sobre a realidade, ao construir uma leitura do mundo e, a partir dessa leitura, transformar a sua realidade. Freire (1996, p. 31) ressalta:

a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.

Freire (1996) possibilita que se repense a prática docente e como a ação pedagógica irá contribuir para a formação de um sujeito ético. Quando a contação de história é utilizada para trabalhar questões relativas à realidade das crianças, é necessário que os professores se atentem a todos os aspectos que englobam a formação integral dos sujeitos, e não apenas a transferência de conhecimentos. A ação pedagógica transcende a transferência de conhecimento, uma vez que as crianças são protagonistas de sua aprendizagem, e essa aprendizagem precisa estar interligada à sua experiência de vida. O conhecimento construído a partir do diálogo, das trocas entre professor e aluno, da tomada da realidade dos sujeitos para o conhecimento científico se fará percorrendo o caminho de uma educação libertadora e transformadora.

Percebe-se, até aqui, que a contação de história está presente na sociedade desde os tempos mais remotos e se consolida tanto como uma ferramenta social para o resgate histórico, quanto como uma ferramenta pedagógica que possibilita o ensino por meio da ludicidade. As narrativas orais que traduzem a realidade da criança permitem que os

sujeitos envolvidos nessa dinâmica possam extrapolar a simples concepção de um tema e que transformem sua realidade, o que está em consonância com Rezende (2019, p. 22), quando argumenta que “cada experiência literária permite romper limites e criar sua própria bagagem de experiência”.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

A contação de histórias é uma ferramenta pedagógica muito potente e enriquecedora para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente para as crianças da Educação Infantil. Trata-se de uma atividade lúdica importante para o desenvolvimento integral da criança, que se encontra em uma fase em que conhecimento, valores, emoções, sentimentos, criatividade e socialização são vivenciados e desenvolvidos a todo momento, o que faz com que essa ferramenta se potencialize nessa etapa da escolarização, como afirma Abramovich (2008, p. 16-17):

ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter o caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo... O primeiro contato da criança com um texto é feito oralmente, através da voz da mãe, do pai ou dos avós, contando contos de fadas, trechos da Bíblia, histórias inventadas (tendo a criança ou os pais como personagens), livros atuais e curtinhos, poemas sonoros e outros mais [...].

Entender que a criança é um sujeito de direitos, é protagonista por essência, é ser produtor de cultura e sujeito ativo da sua aprendizagem impulsiona em direção à promoção de uma educação libertadora e transformadora. Esse modelo de educação deve buscar a formação integral do sujeito, entender esse sujeito e suas necessidades e, a partir disso, planejar a base educativa para as crianças.

Observar e entender a realidade local possibilita planejar com foco nas necessidades dos alunos. Essa visão possibilita a reflexão acerca dos acontecimentos que impactaram ou que continuam impactando a sociedade local. Nesse sentido, o rompimento da barragem de Fundão resultou em uma reflexão a respeito do tipo de conhecimento oferecido às crianças das regiões atingidas. O estudo sobre a mineração e seus impactos estão presentes no cotidiano escolar da Educação Infantil? Como trabalhar essa temática com crianças dessa faixa etária?

Diante dessas indagações e das sugestões que surgiram nas rodas de conversas, recorreu-se à essa prática pedagógica tão presente no cotidiano escolar e tão importante para a formação das crianças, a contação de histórias. Conforme mencionado, nessa etapa de escolarização, a contação de histórias desenvolve habilidades cognitivas, sociais e emocionais, como destacam Torres e Tettamanzy (2008, p. 3):

o principal objetivo em contar uma história é divertir, estimulando a imaginação, mas, quando bem contada, pode atingir outros objetivos, tais como: educar, instruir, conhecer melhor os interesses pessoais, desenvolver o raciocínio, ser ponto de partida para trabalhar algum conteúdo programático, assim podendo aumentar o interesse pela aula ou permitir a auto-identificação, favorecendo a compreensão de situações desagradáveis e ajudando a resolver conflitos. Agrada a todos sem fazer distinção de idade, classe social ou circunstância de vida.

Nesse sentido, percebe-se que essa ferramenta pedagógica é oportuna para as crianças da primeira infância. De acordo com Cremin (2017), ao ouvir ou participar de narrativas, as crianças são desafiadas a organizar informações, compreender sequências lógicas e se identificar com personagens e situações. Histórias contadas de maneira correta e que envolvem os ouvintes propiciam uma reflexão sobre valores e problemas vivenciados, o que ajuda as crianças a compreenderem e lidarem com suas próprias emoções e com os desafios impostos pela vida em sociedade. Em um município atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, as narrativas orais podem contribuir para a difusão da tríade mineração, rompimento e revitalização para esse público. Ao trazer a temática para a sala de aula, de forma lúdica, sensibilizam-se alunos e comunidade para um tema tão importante e urgente.

A ciência compreende os fatos e forma conhecimentos, mas são as histórias contadas que disseminam esses conhecimentos para as crianças, conforme argumenta afirma Abramovich (1997, p. 37):

chegaram ao seu coração e à sua mente, na medida exata do seu entendimento, de sua capacidade emocional, porque continham esse elemento que a fascinava, despertava o seu interesse e curiosidade, isto é, o encantamento, o fantástico, o maravilhoso, o faz de conta.

Os rompimentos de barragens acontecidos nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho (25 de janeiro de 2019), que geraram muitas perdas humanas, ecológicas e patrimoniais, podem ser melhor entendidos, pelas crianças bem pequenas, se apresentados como histórias, com utilização de linguagem adequada. Mesmo que sejam assuntos

complexos, de forte impacto físico e emocional, é necessário compreendê-los como um alerta para que se tomem todos os cuidados necessários para evitar novos desastres e para a constatação da enormidade da natureza diante das limitações humanas. Nesse sentido, Rodrigues (2005, p. 4) assegura:

a contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real.

Como informar crianças bem pequenas sobre esses acontecimentos desastrosos? Antes: é necessário informar? No mundo midiático e tecnológico, é difícil desviar algum assunto das crianças, então é salutar que haja adaptações para que todo esse horror verdadeiro possa se transformar em alerta para a necessidade de se adotar atitudes de preservação, de cunho coletivo, para a exploração sustentável dos recursos minerais. Não são histórias de assombração, ficcionais. São fatos reais, então é preciso estabelecer uma linguagem apropriada, genérica, para a compreensão da moral envolvida: é preciso preservar; é preciso respeitar a natureza; o ser humano tem limitações; desastres podem ser evitados; e desastres acontecem também naturalmente.

Brincar de ler, brincar de contar, brincar com as palavras... Brincar. Um episódio de contação de histórias está inserido nesse contexto. É um método leve de ensinar as crianças a entenderem e refletirem sobre as mensagens inseridas nas histórias. Oliveira (2017, p. 25) destaca o valor da ludicidade:

entre as formas culturais produzidas pelas crianças, o brincar é a expressão mais real do imaginário infantil, representando a liberdade do pensamento lúdico e das representações. **Brincando, a criança aprende regras, convivência moral e ética.** É a partir do jogo que ela expressa sua representatividade (grifo nosso).

As atividades lúdicas são imprescindíveis para a formação de toda pessoa. Por meio delas, é possível aprender qualquer assunto de maneira leve, divertida e eficiente, como destaca Santos (2002, p. 12):

o desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, expressão e construção do conhecimento.

Dessa forma, assuntos tão delicados, como desastres ambientais, e mais complexos, como a mineração, podem ser abordados com leveza, o que amplia conhecimentos e promove senso crítico em favor da convivência social. Com isso, a educação proporciona condições para o pleno desenvolvimento do educando, à luz da LDB (Brasil, 1996), que define:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso).

Diante dos desafios de abordar assuntos complexos, como a mineração, para crianças bem pequenas, a contação de histórias revela-se uma estratégia pedagógica eficaz, fundamentada em estudos sobre desenvolvimento infantil e teorias do letramento literário. A narrativa oral desperta a curiosidade, medeia a compreensão de fenômenos sociais e naturais, e favorece a construção de valores éticos e ambientais desde os primeiros anos de vida.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS EXPERIMENTAIS DAS ESCOLAS NO ENSINO DA TEMÁTICA MINERAÇÃO E EDUCAÇÃO POR MEIO DAS NARRATIVAS ORAIS

Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão no município de Mariana-MG, que teve, como uma de suas consequências, uma grande destruição ambiental, que acarretou perdas profundas na biodiversidade ao longo da Bacia do Rio Doce. É possível descrever as diversas consequências desse rompimento segundo o laudo técnico preliminar do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ([IBAMA], 2015, p. 4-5):

mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, sendo que algumas ainda restam desaparecidas; desalojamento de populações; devastação de localidades e a consequente desagregação dos vínculos sociais das comunidades; destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.); destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas; interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candonga, Aimorés e Mascarenhas); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica; mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre;

assoreamento de cursos d'água; interrupção do abastecimento de água; interrupção da pesca por tempo indeterminado; interrupção do turismo; perda e fragmentação de habitats; restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas; alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada; sensação de perigo e desamparo na população.

Além dessas perdas, outras afetaram diretamente a educação: três escolas foram totalmente destruídas (Escola Municipal Bento Rodrigues e Escola Municipal de Paracatu de Baixo, em Mariana-MG; e Escola Municipal de Gesteira, em Barra Longa-MG) e uma foi parcialmente destruída (Escola Municipal Gustavo Capanema, em Barra Longa-MG). Percebe-se que a educação sofreu, e muito, com os impactos do rompimento e que o contexto do desastre exigia medidas educacionais que pudessem trazer, para o contexto da sala de aula, a temática da mineração, com o intuito de conscientizar os sujeitos.

Logo depois do início do desastre, em dezembro de 2015, por meio do Projeto Participa, da Universidade Federal de Minas (UFMG), foi possível construir parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para a criação de um grupo de trabalho formado por professores e alunos de graduação e pós-graduação (Antunes-Rocha; Santos, 2025). Com o objetivo de levar conhecimento referente à tríade mineração, rompimento e revitalização aos professores da rede pública de ensino da Bacia do Rio Doce, em novembro de 2021, foi iniciado o Programa Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID), com a oferta de duas turmas para o curso de aperfeiçoamento, uma turma para o curso de especialização e bolsas de mestrado e doutorado para o desenvolvimento de dois projetos de extensão.

No curso de especialização, os cursistas, profissionais da Educação de escolas localizadas em território atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, desenvolveram um trabalho voltado para a construção do PPEE e contaram com o apoio de articuladores, integrantes do corpo docente ou da equipe gestora das escolas participante do programa. Cada articulador representava o elo entre cursista e escola, e colaborava para a efetivação das ações dentro da unidade escolar.

As rodas de conversa foram uma das ações fundamentais do curso, pois, por meio das discussões propostas, foi possível obter uma dimensão de como a temática mineração impactava a rotina pedagógica das escolas. Para orientar melhor essas rodas de conversa, os envolvidos fizeram alguns questionamentos que trouxeram reflexões pertinentes:

- 1) Como a atividade mineradora afeta ou não o cotidiano escolar?
- 2) As atividades mineradoras são abordadas, ou não, nas práticas pedagógicas?
- 3) A escola se vê como parte integrante da Bacia do Rio Doce?
- 4) Qual a responsabilidade da escola em educar os alunos diante da realidade ambiental e social?
- 5) Qual o papel do PPP em sua prática pedagógica?
- 6) Qual o grau de conhecimento dos professores com a temática?
- 7) Como o ensino da temática poderia ser possível com as crianças bem pequenas?
- 8) Quais as dificuldades encontradas para trabalhar a temática com as crianças?
- 9) Qual a importância da inserção da temática no PPP da escola?
- 10) É importante incluir a temática da mineração no currículo escolar?
- 11) Diante do rompimento da barragem, por que ainda não temos a temática da mineração explícita nos PPP das escolas?

Esses questionamentos foram utilizados para instigar, promover reflexão e envolver o corpo docente das escolas participantes com relação à importância do PPP como documento direcionador de uma prática pedagógica crítica, libertadora e ética; diante da urgência do trabalho voltado para a Educação Ambiental e as temáticas que a compõem, com ênfase na realidade do território e em busca de uma educação que faça sentido para a formação da criança; para a conscientização do papel do professor como agente facilitador da aprendizagem, que busca integrar a realidade local aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento; e para compreender como esse conhecimento pode ser desenvolvido com as crianças, com o objetivo de consolidar o aprendizado de maneira lúdica e envolvente.

Percebe-se que o envolvimento da maioria dos docentes com a temática da Educação Ambiental é notável e que eles demonstram entender a necessidade desse trabalho com as crianças. Muitos relataram que, mesmo que não esteja presente no PPP da escola, o trabalho com questões ambientais é parte do cotidiano da sala de aula. Em datas estipuladas ou em datas comemorativas, a temática é trabalhada com as crianças.

Por sua vez, a temática mineração não está mais presente na maioria dos planejamentos e no cotidiano escolar. Observou-se que ela foi trabalhada somente nos dois anos em que foi oferecido o curso de aperfeiçoamento aos docentes. Após o término dessa formação, os docentes deixaram de desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a temática, à exceção de uma escola.

Alguns professores relataram, nas rodas de conversas, que sentem a necessidade de participar de novas formações continuadas, nos moldes do curso de aperfeiçoamento, para aprimorarem os conhecimentos adquiridos e ampliarem o repertório acerca da temática mineração e suas consequências para o meio ambiente.

Um ponto que gerou maior reflexão foi a ausência da temática mineração, rompimento e revitalização nos PPP, no currículo e nos planejamentos escolares. Nesse momento, foi analisada a importância e a necessidade urgente de sua inserção na prática pedagógica e nos documentos orientadores para buscar garantir que esse trabalho seja realizado por todos os docentes da escola, em um projeto direcionado não apenas para uma data específica, mas desenvolvido ao longo do ano letivo. Os participantes das rodas de conversa entenderam e concordaram com a inserção da temática mineração nos PPP e nos demais documentos que orientam a prática pedagógica das escolas.

Após as reflexões sobre a inserção da temática mineração e seus desdobramentos nos PPP, outro ponto foi levado em consideração: a maneira como a temática seria trabalhada com as crianças. Nas rodas de conversa, foi considerada a necessidade de aumentar a complexidade do tema de acordo com a idade das crianças, mas, de início, seria utilizada uma metodologia que pudesse atender todas as crianças. Também foi ressaltada a importância de envolver as famílias nesse processo.

Os participantes das rodas de conversa (em sua grande maioria, professores) pontuaram que, para o público da Educação Infantil, é possível desenvolver ótimos projetos com músicas, pequenos poemas e contação de histórias. A contação de histórias, ferramenta pedagógica muito utilizada no cotidiano escolar, foi considerada importante nesse processo, pois, por meio dela, é possível trabalhar a temática mineração e utilizar diversos recursos para a contação.

Após as rodas de conversas, os articuladores promoveram, nas escolas, momentos

para novas reflexões acerca do que foi discutido e para elaboração dos PPEE, com orientação direta da cursista e de forma gradativa. A cada período estipulado, uma etapa do documento era finalizada pelas escolas. Ao final, as escolas apresentaram os PPEE individuais, desenvolvidos por todo o corpo docente e com características da comunidade local, o que evidenciou o sentimento de pertencimento dos participantes em relação às suas instituições.

No PPEE construído pela equipe pedagógica da escola A, intitulado *Desconecte-se para conectar com a natureza*, foram encontradas, entre as ações propostas para implementação do projeto, a contação de história. Essa ferramenta pedagógica seria utilizada para trabalhar os temas ambientais de maneira lúdica e prazerosa com as crianças. O objetivo é garantir o aprendizado de assuntos ligados ao cotidiano das crianças de forma simples e efetiva.

A escola B construiu seu PPEE, *Revitalização da Bacia do Rio Doce na creche, alunos de 0 a 3 anos*, e também indicou a contação de história como estratégia de ensino para esse projeto, entre outras. Nessa escola, a contação de história seria conduzida com base em histórias de animais e plantas que dependem de rios e florestas, além de uma abordagem sobre a importância de cuidar da água e dos ecossistemas. Dentre os resultados esperados pontuados pela escola, a partir das estratégias escolhidas, destaca-se: desenvolvimento da consciência ambiental, conexão com a natureza, sensibilidade diante de questões locais e compreensão do conceito de preservação ambiental.

Ao analisar o PPEE da escola C, *Pequenos passos para um futuro verde*, percebe-se que as questões discutidas nas rodas de conversa aparecem no projeto. Como a contação de histórias é uma ferramenta pedagógica presente na rotina da escola, no projeto, a equipe pedagógica deu foco maior nas expedições investigativas, em que as crianças iriam conhecer o entorno da escola e lugares escolhidos do bairro para reconhecimento do território e promover o sentimento de pertencimento. A roda de conversa foi uma ferramenta pedagógica introduzida no projeto após as rodas de conversas vivenciadas anteriormente pela equipe pedagógica da escola. Entendeu-se que, a partir das rodas de conversas, as crianças poderiam aguçar o sentimento de pertencimento e a comunidade ficaria mais próxima da escola e da construção dos saberes, pois membros da comunidade seriam convidados para participar da roda de

conversa.

A escola D construiu seu PPEE e o nomeou como *Cuidar para florescer: da tragédia à preservação – Educação Ambiental com a comunidade escolar*. O PPEE da escola apresentou as reflexões durante as rodas de conversas e as materializou nas ações para realização do projeto. O projeto apresentou, como suas ações, sequência didática com contação de histórias voltadas para a preservação ambiental e roda de conversa com a comunidade para trocar conhecimento e cultivar o sentimento de pertencimento. A escola previu a culminância dos estudos na comemoração “Festa da família na escola”, prevista no calendário escolar, quando serão expostos os trabalhos desenvolvidos ao longo do projeto.

Por fim, a escola E construiu o PPEE *Descobrimo o mundo: identidade, meio ambiente e sustentabilidade*. A instituição descreveu, no projeto, os detalhes das ações propostas para cada turma, com cuidado e atenção necessários para o trabalho das habilidades indicadas para as crianças de faixa etárias diferentes. Dentre as ações apresentadas, a contação de história esteve, novamente, presente. Essa ferramenta apresenta-se como uma estratégia eficaz para o ensino da temática e o aprendizado a partir da ludicidade, o que resulta em uma aprendizagem significativa e efetiva. A escola construiu o projeto associado a outros projetos e eventos desenvolvidos ao longo do ano letivo e com a participação da comunidade. O projeto objetivou promover a consciência de si e do meio que a cerca, estimular a exploração e o cuidado com o meio ambiente de forma lúdica e adaptada à faixa etária, com foco no desenvolvimento da percepção sensorial e na construção de hábitos sustentáveis. Nesse sentido, a instituição deseja despertar, nas crianças, a curiosidade e o respeito pelo meio ambiente, de forma lúdica e interativa. O projeto será adequado ao estágio de desenvolvimento das crianças.

A partir da análise dos PPEE das cinco escolas, fica nítido que a utilização da contação de história como ferramenta pedagógica está presente no cotidiano das instituições e é eficaz na efetivação de um ensino voltado para a ludicidade e a aquisição do conhecimento de maneira leve e efetiva. Percebe-se que essa ferramenta pedagógica aparece, nos projetos, de forma integrada a outras estratégias e é condutora do ensino para um público que necessita de uma linguagem clara e sensível.

Outro ponto a ressaltar é que a roda de conversa foi entendida e introduzida nos projetos de forma a integrar e ressaltar o sentimento de pertencimento do território pelas crianças e pela comunidade, por meio da promoção de uma interlocução entre os sujeitos. Por sua vez, a roda de conversa se volta a um ensino voltado para o diálogo, para a aprendizagem por meio do conhecimento científico. Por meio das experiências e vivências, torna significativo, libertador e transformador o processo de ensino-aprendizagem.

É necessário lembrar que o município no qual as escolas estão situadas apresenta legislação própria, que garante a oferta e o ensino da Educação Ambiental nas instituições municipais. O respeito à legislação local e ao direito de aprendizagem das crianças é importante e deve ser levado em consideração pelas escolas quando forem elaborar seus projetos, organizar o currículo e o planejamento escolar e, também, quando forem reelaborar o seu PPP.

É possível entender, a partir dos PPEE analisados, que, para que se efetive o ensino das temáticas da Educação Ambiental em busca de uma Educação Ambiental crítica e de uma educação transformadora, que tenha como objetivo a formação integral da criança, a contação de histórias é uma ferramenta pedagógica fundamental para o trabalho com as crianças bem pequenas. Ao abordar temas que fazem parte do seu cotidiano e da comunidade local, promove-se um sentimento de pertencimento e o reconhecimento do território como parte do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar a contação de histórias como um recurso pedagógico capaz de favorecer, entre crianças bem pequenas, a reflexão sobre a atividade mineradora e seus efeitos socioambientais. A partir da revisão bibliográfica realizada, constatou-se que a narrativa oral, como prática tradicional da Educação Infantil, constitui um instrumento significativo para a construção de sentidos, o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da capacidade de interpretação da realidade. Esses elementos revelam-se essenciais para que as crianças iniciem, ainda na creche, processos de compreensão sensível sobre temas que atravessam os territórios em que vivem.

Os estudos analisados demonstram que a inserção da Educação Ambiental desde os primeiros anos de vida contribui para a formação de valores, atitudes e comportamentos voltados ao cuidado com o meio ambiente e à participação cidadã. Embora a mineração seja uma temática complexa, permeada por aspectos científicos, econômicos e políticos, a contação de histórias permite sua abordagem de forma simbólica, acessível e significativa para as crianças. Por meio da ficção, personagens, metáforas e situações narrativas, é possível introduzir elementos relacionados à degradação ambiental, aos rompimentos de barragens, à revitalização dos ecossistemas e às responsabilidades coletivas de preservação.

O estudo também evidenciou que, em contextos marcados pela degradação ambiental, como o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, a contação de histórias pode servir como “ponte” entre a realidade vivida pelas comunidades e as possibilidades pedagógicas de reflexão sobre pertencimento, memória e reconstrução. Ao considerar o município da Bacia do Rio Doce e suas particularidades geográficas e ambientais, tornou-se evidente que a Educação Infantil pode, e deve, dialogar com o território, ao valorizar a identidade local e fortalecer o vínculo das crianças com a natureza e sua história.

Dessa forma, os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados. Foi possível demonstrar que a contação de histórias contribui, de maneira efetiva, para introduzir e discutir aspectos relacionados ao meio ambiente e aos impactos da mineração; foram analisadas suas potencialidades como instrumento pedagógico; foram caracterizadas as práticas que permitem o trabalho de temas ambientais na Educação Infantil; e sistematizou-se como a narrativa oral favorece a formação de um olhar sensível às questões ambientais.

Conclui-se que a contação de histórias constitui uma estratégia pedagógica potente, que articula sensibilidade, imaginação e reflexão, o que permite que crianças bem pequenas iniciem processos de construção de consciência ambiental e cidadania desde a creche. Ao mediar experiências que unem o simbólico à realidade local, essa prática promove aprendizagens significativas e contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender e questionar o mundo que os cerca. Assim, este estudo reforça a necessidade de que educadores ampliem o uso da contação de histórias nos cotidianos da

Educação Infantil, por reconhecer seu papel formativo e seu potencial para abordar, de maneira ética, sensível e contextualizada, temas socioambientais complexos como a mineração.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo, 1997.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; SANTOS, Marcelo Loures. **Escola do Rio Doce: Programa de Extensão Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais - PEBRID**. Belo Horizonte: PEBRID, 2025.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. Projeto Político-Pedagógico: conceituação e definição. **Módulo I do material didático do Curso de Especialização: Mineração e Educação no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Escola do Rio Doce. Belo Horizonte/Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2024, p. 77-91.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. Projeto Político-Pedagógico: diagnóstico e construção. **Módulo I do material didático do Curso de Especialização: Mineração e Educação no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Escola do Rio Doce. Belo Horizonte/Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2024, p. 95-106.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. Projeto Político-Pedagógico: ponto de partida e ou um ponto de chegada. **Módulo I do material didático do Curso de Especialização: Mineração e Educação no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Escola do Rio Doce. Belo Horizonte/Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2024, p. 51-65.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira (org.). **Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: MEC/UFRGS, 2009.

BRASIL. Casa Civil. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

BRASIL. Casa Civil. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de março de 2008. Disponível em: <https://>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Casa Civil. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. Casa Civil. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Casa Civil. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 802-820, 2016.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro; RODRIGUES, Angélica Cosenza. A temática da mineração na pesquisa em Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 39, n. 3, p. 310-331, set./dez. 2002.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro; RODRIGUES, Angélica Cosenza. Discursos empresariais da mineração em projetos de educação ambiental: a formação de lideranças jovens em territórios atingidos. In: SILVA, Fabiany de Cassia Tavares; GARCIA, Fabiane Maia (orgs.). **Educação em tempos e movimentos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2024, v. 1, p. 199-212. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7764>. (Acesso em: 16 dez. 2024).

CORSARO, Willian Arnold. A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de-conta das crianças. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, Portugal, n. 17, p. 113-134, 2002.

CREMIN, Teresa; FLEWITT, Rosie; MARDELL, Ben; SWANN, Joan. **Storytelling in early childhood**. Abingdon: Routledge, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315679426>.

DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Paulo Freire e Educação Ambiental: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 87-102, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodico.scientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/334/302>. (Acesso em: 9 set. 2025).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Livia Maria Antônio. A importância da contação de histórias na Educação Infantil. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 32, p. 128-139. 2022.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. A prática

do silêncio pedagógico no contexto minerário. **Revista Brasileira de Educação Básica**, Belo Horizonte, v. 5, núm. esp., p. 1-9, jan. 2022. Disponível em: <https://rbeducacao.basica.com.br/wp-content/uploads/2022/01/A-PRATICA-DO-SILENCIO-PEDAGOGICO-NO-CONTEXTO-MINERARIO.pdf>. (Acesso em: 4 jun. 2025).

HUNZICKER; Adriane Cristina de Melo; FREITAS, Natália Teixeira Ananias. Meio ambiente, “meu ambiente, nosso ambiente”: reflexões sobre as temáticas da Educação Ambiental e dos danos socioambientais na Bacia do rio Doce. **Módulo I do material didático do Curso de Especialização: Mineração e Educação no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Escola do Rio Doce. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2024, p. 31-59.

LIMA, Maria Isabel Bezerra de; OLIVEIRA, Gerilúcia Nascimento de; GARCIA, Laís Helena Marques. Primeira infância é período-chave para o desenvolvimento infantil. **Nova Escola**, 11 set. 2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21953/primeira-infancia-periodo-chave-para-desenvolvimento-infantil>. (Acesso em: 12 set. 2024).

LOPES, Theoffillo da Silva; ABÍLIO, Francisco José Pegado; MOURA, Amanda da Rocha. Educação, meio ambiente e saúde nas escolas: um olhar da Educação Ambiental Crítica. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, v. 40, n. 1, p. 257-273, 2023.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida; PAULA, Alexsandra Pereira de; BRAGA, Aline de Fátima Silva. Contação de histórias e sua importância para o desenvolvimento da criança. **Revista Interdisciplinar Sulear**, v. 10, p. 131-116, 2021.

MATEUS, Ana do Nascimento Biluca; SILVA, Andréa Ferreira; PEREIRA, Elaine Costa; SOUZA, Josiane Nascimento Ferreira de; ROCHA, Letícia Grassi Maurício da; OLIVEIRA, Michelle Potiguara Cruz de; SOUZA, Simone Cunha de. A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação**, v. 5, n. 1, p. 54-69, 2014.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Belo Horizonte, de 10 de dezembro de 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MWIv4JKcei5_OMhpMFF10ENdhgpsH0FW/view?pli=1.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

REZENDE, Vânia Maria. **Literatura infantil e juvenil: vivências de leitura e expressão criadora**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2001.

SILVA, Isabel de Oliveira; BITENCOURT, Lais Caroline Andrade. Educação Infantil nos municípios do Vale do Rio Doce: o trabalho com bebês, crianças e famílias sobre mineração, rompimento e revitalização. **Educação Infantil nos municípios do Vale do Rio Doce: o trabalho com bebês, crianças, e famílias sobre mineração, rompimento e revitalização**, 2022. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional. Material didático para formação de professores).

TORRES, Shirlei Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. **Contação de histórias: resgate da memória e estímulo à imaginação**. Porto Alegre: Nau Literária, 2008.

MAGALHÃES, P.L.; LAGES, R.C.L. A contação de histórias na educação infantil como estratégia de compreensão dos efeitos nocivos da atividade mineradora em território atingido pelo rompimento de barragem. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 5, n. 3, p. 420-453, jul./set., 2026.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.

VERDERIO, Leonardo Álisson Pompermayer. O desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil: importância e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 130-147, 2021.

VYGOTSKY, Lev S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico**: livro para professores. Apresentação e comentários de Ana Luiza Smolka; tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2010.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.